

OBSERVATÓRIO CONE SUL DE DEFESA E FORÇAS ARMADAS

INFORME BRASIL Nº 166

Período: 23/04/05 a 29/04/05

[Franca – Brasil](#)

- 1-Soldos militares I: Ministro da Defesa declara que atraso no aumento dos soldos deve-se aos juros altos
- 2-Soldos militares II: Mulheres de militares fazem protesto por reajuste em Brasília
- 3-Avião da FAB transporta Presidente deposto do Equador para o Brasil
- 4-Haiti I: Brasil envia novo contingente de militares ao Haiti
- 5-Haiti II: Tenente brasileiro é ferido no Haiti
- 6-Defesa I: Principal feira de Defesa da América Latina tem aumento de expositores estrangeiros
- 7-Defesa II: Governo brasileiro investe US\$ 698,7 milhões em aviões militares
- 8-Defesa III: Ministro da Defesa anuncia: caças da FAB devem ser substituídos
- 9-Exército suspeita de crime militar na Amazônia
- 10-Condoleezza Rice visita Brasil
- 11-Exército prepara tropa para enviar a Roraima
- 12-Comissão aprova indenização de ex-governador perseguido por regime militar
- 13- Governo do Paraná indeniza vítimas da ditadura
- 14-Jornal aponta descontentamento da Argentina com a política externa brasileira
- 15-Severino Cavalcanti compara o atual governo com o governo militar
- 16-Cúpula América do Sul-Países Árabes prevê documento sobre terrorismo
- 17-Economista da ONU relaciona papel social do Brasil com vaga permanente no CS_

Soldos militares I: Ministro da Defesa declara que atraso no aumento dos soldos deve-se aos juros altos

De acordo com o jornal *Folha de S. Paulo*, o vice-presidente da República e ministro da Defesa, José Alencar, disse que o atraso no reajuste salarial dos militares deve-se aos juros altos adotados pelo Banco Central brasileiro. O ministro comentou, após a solenidade em homenagem ao Dia Nacional da Aviação de Caça, ocorrida em uma base aérea no Rio de Janeiro, que o orçamento brasileiro, prejudicado pela rubrica dos juros da dívida pública, não consegue atender nem mesmo áreas essenciais, como educação, saúde, saneamento, estradas, além da reposição dos soldos das Forças Armadas. Alencar defendeu os militares enfatizando que o pleito da categoria não requer apenas o aumento dos salários, mas a reposição das perdas devido à inflação dos últimos anos e que tais perdas correspondem, atualmente, a 35% e não aos 23% prometidos. No entanto, ele ainda afirmou que o governo não dispõe de tais recursos para o pagamento. O jornal *O Estado de S. Paulo* ressaltou a declaração do ministro José Alencar a respeito do reaparelhamento das Forças Armadas, as quais necessitam de recursos para manutenção e substituição de seus equipamentos. O argumento usado neste caso foi que a atuação dos militares não

se restringe à defesa da ordem e da lei, lembrando as situações em que estes patrulham as fronteiras do país e cooperam na solução de problemas de infraestrutura, a exemplo da recuperação das estradas e da montagem de hospitais de campanha no Rio de Janeiro. Já o *Jornal do Brasil* informou que o governo, por meio de uma comissão formada pelos ministros da Casa Civil, José Dirceu, do Planejamento, Paulo Bernardo, e da Defesa, José Alencar, estuda um escalonamento da reposição salarial dos militares, transferindo um reajuste para o ano de 2006. Entretanto, este reajuste não atenderá os 23% reivindicados pela categoria, pois a orientação do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, é que se conceda a reposição salarial das Forças Armadas, mas sem prejudicar áreas vitais, como a social. A falta de providências concretas do governo tem ocasionado sucessivos protestos pelas mulheres dos militares, já que estes são proibidos de realizar greves, como consta na Constituição Federal e no estatuto do setor. A *Folha de S. Paulo* afirmou que pode ocorrer uma cisão entre os grupos que organizam os protestos. A União Nacional das Esposas de Militares das Forças Armadas (Unemfa) quer que o acampamento seja montado em frente ao Congresso, pois “ali estão todos os parlamentares” afirmou Ivone Luzardo, presidente da Unemfa. Enquanto a Associação de Pensionistas e Esposas dos Militares das Forças Armadas (Apemfa) prefere que a manifestação ocorra em frente ao Ministério da Defesa, por ser o órgão que tem tratado o reajuste com o planalto. (Folha de S. Paulo – Brasil – 23/04/05; Folha de S. Paulo – Brasil – 26/04/05; Jornal do Brasil – Brasil – 23/04/05; Jornal do Brasil – Brasil – 26/04/05; O Estado de S. Paulo – Nacional – 23/04/05; O Estado de S. Paulo – Nacional – 26/04/05; O Estado de S. Paulo – Nacional – 28/04/05; O Globo – O País – 23/04/05, O Globo – O País – 29/04/05).

Soldos militares II: Mulheres de militares fazem protesto por reajuste de soldo em Brasília

No último dia 26, as mulheres de militares fizeram a primeira manifestação organizada contra o atual governo em frente ao Palácio do Planalto. Um grupo de aproximadamente 80 mulheres cobrou, sob gritos e apito, do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva o reajuste de 23% no soldo dos militares, como complemento aos 10% concedidos no ano passado. A manifestação bloqueou o Palácio do Planalto por cerca de uma hora e meia, segundo a *Folha*. Ao final do protesto, uma comissão de mulheres foi recebida por um assessor do gabinete da Presidência, que prometeu agendar uma audiência com o Presidente. A pauta de reivindicações das manifestantes contém 11 itens, entre os quais reajuste para a categoria e vantagens como auxílio-moradia, licença especial e auxílio-invalidez. De acordo com o jornal *O Estado de S. Paulo*, o vice-presidente e ministro da Defesa, José Alencar, considerou “desnecessária” a manifestação das mulheres de militares, em Brasília. Segundo Alencar, o Presidente Lula teria feito um pronunciamento no Rio de Janeiro, após a abertura de feira do setor de Defesa, que o tranqüilizou em relação ao soldo dos militares. Outra manifestação das mulheres dos militares ocorreu durante as comemorações do Dia do Exército, 28 de abril, em que cerca de 200 destas, vestidas de preto, ocuparam as galerias do plenário da Câmara dos Deputados para cobrar o prometido reajuste salarial dos

militares, defendido pela maioria dos deputados presentes, e melhores condições para as Forças Armadas. Durante a tarde do mesmo dia, o ministro de Defesa conversou com as manifestantes e prometeu tratar do assunto diretamente com o Presidente. Diante de tal fato as mulheres decidiram levantar o acampamento que haviam montado na Esplanada dos Ministérios, porém, avisaram que caso não haja uma decisão dentro de 15 dias retomarão os protestos com mais força. No entanto, segundo *O Globo*, o ministro da Defesa não se pronunciou se o governo dará ou não algum percentual de reajuste aos militares ainda este ano, já que no Orçamento de 2005, não há previsão de reajuste para a categoria. De acordo com a *Folha de S. Paulo*, o vice-presidente declarou que a decisão sobre a data e o valor do reajuste depende do Presidente e pediu às manifestantes paciência e confiança no governo. Alencar culpou novamente os gastos com a dívida pública do país e as altas taxas de juros como responsáveis pela indefinição. (Folha de S. Paulo – Brasil – 27/04/05; Folha de S. Paulo – Brasil – 28/04/05; Folha de S. Paulo – Brasil – 29/04/05; Jornal do Brasil – Brasil – 29/04/05; O Estado de S. Paulo – Nacional – 27/04/05; O Estado de S. Paulo – Nacional – 29/04/05; O Globo – O País – 27/04/05; O Globo – O País – 29/04/05).

Avião da FAB transporta Presidente deposto do Equador para o Brasil

Segundo os jornais *Folha de S. Paulo*, *O Estado de S. Paulo* e *O Globo*, a Força Área Brasileira (FAB) informou que o Presidente deposto do Equador, Lucio Gutiérrez, foi transportado para o Brasil em um Boeing 737-200 da FAB. O avião da FAB decolou por volta de 5h (horário de Brasília) do dia 24 de Porto Velho (Roraima) em direção ao Equador para buscar o ex-presidente, que recebeu asilo político do governo brasileiro. De acordo com a *Folha*, Lucio Gutiérrez, sua mulher Ximena Bohórquez e uma de suas filhas devem hospedar-se no Hotel de Trânsito de Oficiais do Exército. Rotulado de “categoria A” na página da Força na internet, por possuir campos de futebol, quadras de tênis, piscinas e restaurante, o hotel é freqüentado por oficiais do Exército de passagem por Brasília, a trabalho ou de férias. (Folha de S. Paulo – Mundo – 24/04/05; Folha de S. Paulo – Mundo – 25/04/05; O Estado de S. Paulo – Internacional – 24/04/05; O Globo – Mundo – 24/04/05).

Haiti I: Brasil envia novo contingente de militares ao Haiti

O jornal *O Estado de S. Paulo* informou que um novo grupo de militares brasileiros deve deixar o Brasil no dia 1.º de junho a fim de integrar a missão de paz no Haiti. O grupo será o terceiro contingente militar brasileiro que integra a Missão da Organização das Nações Unidas (ONU) para a Estabilização do Haiti (Minustah), comandada pelo Brasil. O novo contingente será formado por 1.200 militares, dos quais 1.050 são provenientes de unidades do Rio de Janeiro, principalmente do 57.º Batalhão de Infantaria Motorizado. O grupo que será substituído partiu para o Haiti em novembro de 2004. Cerca de 6.400 militares integram a Minustah, além dos militares brasileiros, há também militares do Chile, Uruguai, Argentina, Peru, Jordânia, Filipinas e Canadá. (O Estado de S. Paulo – Internacional – 25/04/05).

Tenente brasileiro é ferido no Haiti

De acordo com a *Folha de S. Paulo*, o primeiro-tenente brasileiro Alexandre Martins Borges Campos, que integra a Missão das Nações Unidas de Estabilização no Haiti (Minustah), sob o comando do Brasil, foi ferido com estilhaços de bala quando realizava uma patrulha num bairro da cidade em meio a um tiroteio. Campos submeteu-se a uma cirurgia e passa bem. (Folha de S. Paulo – Mundo – 29/04/05; O Estado de S. Paulo – Internacional – 29/04/05).

Defesa I: Principal feira de Defesa da América Latina tem aumento de expositores estrangeiros

De acordo como *Jornal do Brasil*, inicia-se neste dia 26 a quinta edição da Latin América Aero & Defense (LAAD), no Rio de Janeiro, com a participação de 300 expositores do setor de Defesa, de 28 países. O jornal informou que a necessidade de reaparelhamento das Forças Armadas dos países da América Latina tem incentivado o aumento do potencial de compra de equipamentos de Defesa e despertado a atenção dos grandes fabricantes mundiais do setor para a região. Segundo a Reed Exhibitions Brasil, organizadora da LAAD, o orçamento anual de Defesa da América Latina é estimado em US\$ 3,5 bilhões, sendo US\$ 1,3 bilhão empregados nas Forças Armadas. Este ano a feira teve um aumento de 20% em relação ao número de empresas presentes em 2003 e muitas dessas empresas são coordenadas por seus respectivos países. No total, 40 delegações oficiais de países latino-americanos já confirmaram presença, um dado significativo se comparado às seis delegações oficiais presentes em 1997, primeira edição da LAAD. Atualmente considerada o evento mais importante do segmento de Defesa na América Latina, a LAAD congrega oportunidades de compras de produtos nos setores aeroespacial e de Defesa brasileiros e nesta edição incorporará os setores de aviação comercial e de tecnologia aeroespacial. Um dos destaques na programação da feira será a realização do Simpósio de Logística Militar, que abordará os programas de reaparelhamento das Forças Armadas nos países emergentes e as experiências do primeiro contingente da Força de Paz do Haiti no âmbito da logística militar. (Jornal do Brasil – Economia – 25/04/05).

Defesa II: Governo brasileiro investe US\$ 698,7 milhões em aviões militares

De acordo com o jornal *O Estado de S. Paulo*, o governo brasileiro está investindo US\$ 698,7 milhões na compra de 12 aviões cargueiros C-295 e 8 aeronaves P-3 Orion, de patrulha marítima, que serão modernizados no país pelo consórcio europeu EADS/Casa-HTA. No acordo referente ao esquadrão de patrulhamento, haverá compensações comerciais no valor de US\$ 467 milhões, envolvendo 16 empresas do complexo industrial aeronáutico do Vale do Paraíba. Segundo *O Estado*, a contrapartida prevê a encomenda local de componentes, transferência não especificada de tecnologias, treinamento de pessoal de manutenção, investimentos em parcerias e "ampla colaboração com o Centro Técnico Aeroespacial (CTA)". As aeronaves P-3 depois de revitalizadas poderão ser

operadas pela Força Aérea Brasileira (FAB) até 2025, sendo que o primeiro exemplar da série denominada P-3Br será entregue em 2008. Alegando que o jato médio de vigilância oceânica, o P-99, fabricado pela Embraer, não atende às exigências da FAB, o governo brasileiro justificou a compra dos P-3 Orion, após a vigorosa reação da Associação das Indústrias Aeroespaciais do Brasil (Aiab), quando seu presidente, Walter Bartels, enviou uma carta ao Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, aos ministros e parlamentares, argumentando que havia "alternativa doméstica de qualidade" e que o programa P-3Br "significa a não adoção da solução nacional". O *Estado* ainda apontou que o valor dos contratos, autorizados pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado, é apenas US\$ 2 milhões inferior aos recursos - de US\$ 700 milhões - que seriam destinados à aquisição de novos caças de defesa aérea da FAB. A concorrência internacional aberta em 2000 para escolher os caças da FAB foi encerrada sem que nenhuma decisão tivesse sido tomada. O Comando da Aeronáutica também irá encomendar à empresa brasileira Embraer o desenvolvimento de uma avançada versão de patrulha, a partir do jato de grande porte Emb-195, o qual pretende ser a versão nacional do projeto de aviação naval dos Estados Unidos que decidiu montar uma central aerotransportadora MMA de múltiplo emprego a partir de um Boeing-737. O projeto nacional, do P-195, que deverá incorporar sistemas digitais a fim de atuar como centro de inteligência e de coordenação de combate, pode demorar dez anos para ser concluído "se não houver necessidade estratégica pelo equipamento", segundo análise de um integrante do Alto Comando da Aeronáutica. (O Estado de S. Paulo – Nacional – 25/04/05).

Defesa III: Ministro da Defesa anuncia: caças da FAB devem ser substituídos

Conforme informou o jornal *Folha de S. Paulo*, durante a abertura da Latin América Aero& Defence (LAAD) no Rio de Janeiro, o ministro da Defesa José Alencar afirmou que os caças Mirage da Força Aérea Brasileira (FAB) deverão ser substituídos em breve. No entanto, o ministro não confirmou por que tipo de aeronave nem a data precisa da substituição. Segundo ele, com o cancelamento da concorrência dos caças, o mais provável é que sejam comprados aviões já usados. O *Jornal do Brasil* informou também que o governo da França pretende apresentar uma proposta ao governo brasileiro de venda de 12 caças Mirage 2000 usados a um custo total de US\$ 60 milhões. A proposta, que será encaminhada oficialmente ao Presidente Luiz Inácio Lula da Silva nos próximos 15 dias pelo Presidente da França, Jacques Chirrac, está sendo avaliada com interesse pela Aeronáutica. Segundo fonte ligada ao Alto Comando da Aeronáutica, os Mirage seriam entregues revitalizados e o pagamento poderá ser feito de forma facilitada, dentro das possibilidades do governo brasileiro. A Aeronáutica vem recebendo propostas de compra e leasing de caças novos e usados desde que o governo decidiu encerrar o processo de escolha de um novo caça. O programa, batizado de F-X, chegou a envolver cinco fabricantes internacionais e previa a compra de 12 aviões novos por cerca de US\$ 700 milhões. A concorrência, aberta em julho de 2001, pelo Comando da Aeronáutica, foi cancelada em 31 de dezembro do ano passado. (Folha de S. Paulo - Brasil – 27/04/05; Jornal do Brasil – Brasil – 27/04/05).

Exército suspeita de crime militar na Amazônia

De acordo com a *Folha de S. Paulo*, o Comando Militar da Amazônia confirmou a morte de um soldado de 21 anos, devido à ingestão de uma substância de uso industrial, provavelmente o metanol. Outros nove militares estão internados por intoxicação pela mesma substância. Os militares integram o 2º Pelotão Especial de Fronteira de Querari, área estratégica na fronteira entre Brasil e Colômbia. Uma brigada do Exército no Amazonas investiga a possibilidade de que a intoxicação dos militares tenha sido um crime militar. Segundo o *Jornal do Brasil*, o major Robson da Silva Fontes afirmou que um inquérito policial militar está apurando o caso. (*Folha de S. Paulo – Brasil – 26/04/05*; *Folha de S. Paulo – Brasil – 27/04/05*; *Jornal do Brasil – Brasil – 26/04/05*; *O Estado de S. Paulo – Nacional – 26/04/05*; *O Globo – O país – 26/04/05*).

Condoleezza Rice visita Brasil

Segundo o *Jornal do Brasil*, a secretária de Estado norte-americana, Condoleezza Rice visita o Brasil tendo como pauta a democracia latino-americana, o aumento do comércio e as estratégias de combate à pobreza. De acordo com o *O Estado de S. Paulo*, serão discutidos a proximidade do Brasil com Venezuela e Cuba, as diferenças a respeito da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA) e a reforma do Conselho de Segurança (CS) da Organização das Nações Unidas (ONU). O governo brasileiro deve aproveitar para reclamar que os países desenvolvidos não tiveram interesse nos problemas do Haiti, informou o jornal. Na questão venezuelana, como declarou a *Folha de S. Paulo*, Rice pediu ao Presidente Luiz Inácio Lula da Silva atuar como uma espécie de “moderador” nas questões sul-americanas, especialmente no relacionamento com o Presidente Hugo Chávez (Venezuela). Além disso, numa visita a Chávez, o ministro da Casa Civil, José Dirceu, declarou, em nome do governo brasileiro, que o Brasil é um aliado da Venezuela, mas não entrará em confronto com os Estados Unidos. (*Folha de S. Paulo – Brasil – 26/04/05*; *Jornal do Brasil – Editorial – 26/04/05*; *Jornal do Brasil – Internacional – 26/04/05*; *O Estado de S. Paulo – Nacional – 26/04/05*; *O Estado de S. Paulo – Nacional – 29/04/05*).

Exército prepara tropa para enviar a Roraima

De acordo com o *Jornal do Brasil*, o governo federal cogita a possibilidade de enviar o Exército para o estado de Roraima, onde crescem os protestos do poder público local e dos plantadores de arroz contra a homologação da terra indígena Raposa Serra do Sol. Segundo o jornal *Folha de S. Paulo*, a pedido do Ministério da Justiça, o Exército já colocou mil homens de prontidão para uma eventual ação de emergência no estado. No entanto, de acordo com o jornal *O Globo* a solicitação das tropas teria sido feita a pedido do Gabinete de Segurança Institucional (GSI). A função do Exército seria restaurar a lei e a ordem no estado, bem como evitar o agravamento dos conflitos. Segundo *O Globo*, até o momento, a participação do Exército no estado restringiu-se ao apoio logístico aos policiais

federais. Os militares montaram barracas e estão fornecendo alimentação nos postos da Polícia Federal, Rodoviária Federal e dentro da reserva indígena. O Centro de Comunicação do Exército não detalhou como seria uma eventual atuação dos militares no estado ao ser procurado pela *Folha*. A homologação da reserva indígena Raposa Serra do Sol foi classificada como “absolutamente equivocada” pelo ex-comandante militar da Amazônia e atual presidente do Clube Militar, o general da reserva, Luiz Gonzaga Lessa, conforme publicou o jornal *O Estado de S. Paulo*. Para o general, o governo deveria ter realizado um plebiscito entre os índios para ter uma idéia exata do que eles realmente queriam, ao invés de pautar-se pelas lideranças, pela Igreja e Organizações Não-Governamentais (ONGs) internacionais. O general explicou ao jornal que os índios macuxi, que já tem um certo nível de desenvolvimento, não querem a demarcação da reserva de forma contínua, porque com isso ficarão isolados e não terão suas aspirações por saúde, educação, transporte e investimento em agricultura atendidas. Lessa alertou que a região será um foco de tensão permanente e lembrou das pequenas comunidades estabelecidas na fronteira da reserva, que são de extrema importância para o adensamento populacional da região, mas que serão removidas da área da qual tem direito por gerações. (Folha de S. Paulo – Brasil – 27/04/05; Jornal do Brasil – Brasil – 26/04/05; O Estado de S. Paulo – Nacional – 27/04/05; O Globo – O País – 26/04/05; O Globo – O País – 27/04/05).

Comissão aprova indenização de ex-governador perseguido por regime militar
Segundo informaram os jornais *Folha de S. Paulo* e *O Globo*, a 2ª Câmara da Comissão de Anistia do Ministério da Justiça aprovou, no último dia 26, a revisão do valor da aposentadoria paga ao ex-governador de Pernambuco Miguel Arraes de R\$ 2.063,01 para R\$8.314,13. A comissão garantiu ainda o pagamento de indenização retroativa no valor de R\$150 mil. O relator do caso, o advogado Egmar José de Oliveira, concluiu que Arraes foi vítima de atos de exceção. O ex-governador foi cassado, preso, teve os direitos políticos suspensos pela ditadura militar (1964-1985) e ficou 14 anos exilado na Argélia. Arraes foi funcionário do extinto Instituto do Alcool e Açúcar (IAA) entre 1934 a 1949, quando entrou na política e licenciou-se. Com o golpe de 1964, então governador de Pernambuco, Arraes foi cassado pelo Ato Institucional I e demitido. Quando voltou do exílio, em 1979, foi aposentado compulsoriamente. O novo valor de sua aposentadoria é equivalente ao salário de auditor fiscal do Tesouro Nacional. De acordo com o relator do caso, é inquestionável a perseguição política sofrida pelo ex-governador durante o regime militar. (Folha de S. Paulo – Brasil – 27/04/05; O Globo – O País – 27/04/05).

Governo do Paraná indeniza vítimas da ditadura

O governo do Estado do Paraná, alegando o reconhecimento de ter errado na repressão da época da ditadura (1964-1985), pagou indenização a 92 ex-presos políticos da ditadura, que pertenciam também à polícia do Estado. No total, foi gasto 1,4 milhão nas indenizações. (Folha de S. Paulo – Brasil – 28/04/05).

Jornal aponta descontentamento da Argentina com a política externa brasileira

O jornal *Folha de S. Paulo* apontou que a campanha do Brasil por uma vaga permanente no Conselho de Segurança (CS) das Nações Unidas poderá não lograr seus objetivos, mas já contribuiu para abalar a boa relação diplomática com a Argentina. Segundo a *Folha*, o governo platino está se queixando do protagonismo brasileiro durante a crise no Equador, alegando que o Itamaraty nem sequer esperou pela reação da Organização dos Estados Americanos (OEA) e que tenta se valer das desventuras equatorianas para reforçar suas pretensões na Organização das Nações Unidas (ONU). De acordo com o editorial, há tempos a Argentina vinha dando sinais de insatisfação com a atuação diplomática brasileira. Em dezembro, por exemplo, o presidente Néstor Kirchner deixou de comparecer ao lançamento, no Peru, da Comunidade Sul-Americana de Nações, uma iniciativa do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva para conglobar 12 países da região. Mais recentemente, a Argentina não apoiou o candidato brasileiro à diretoria-geral da Organização Mundial do Comércio (OMC). No entanto, o jornal atenta-se para o erro de atribuir somente à disposição do Brasil para obter uma cadeira permanente no CS todos os atritos e diferenças com a Argentina, lembrando que outros fatores interferem nesta relação, como as disputas comerciais no âmbito do Mercosul e a falta de apoio do governo brasileiro a Kirchner na difícil renegociação da dívida argentina com credores internacionais. Contudo, segundo a *Folha*, o Brasil não deve submeter-se aos humores argentinos quanto à decisão de se candidatar a membro do Conselho. Tendo em vista que, se o esforço brasileiro for coroado de êxito, o país, ao ser agraciado com o assento permanente, ganharia projeção internacional. (Folha de S. Paulo – Opinião – 27/04/05).

Severino Cavalcanti compara o atual governo com o governo militar

Segundo a *Folha de S. Paulo*, o presidente da Câmara dos Deputados, Severino Cavalcanti, em tom de reclamação contra as medidas provisórias colocadas pelo governo, disse que a forma como o Executivo coloca essas medidas estaria provocando o fechamento virtual do Congresso e trazendo de volta o clima vivido durante a Ditadura Militar. Isso porque, segundo ele, o governo está obstruindo a pauta da Câmara não votando nas medidas provisórias, para que não sejam apreciadas outras matérias que não sejam de seu interesse. A comparação da estratégia do atual governo, com a dos militares, é que no passado os decretos-lei acabavam entrando em vigor por decurso de prazo, caso não fossem votados ou aprovados em determinado período. (Folha de S. Paulo – Brasil – 28/04/05).

Cúpula América do Sul-Países Árabes prevê documento sobre terrorismo

Segundo noticiou o jornal *O Globo*, alguns dias antes do início da Cúpula América do Sul-Países Árabes, o governo brasileiro ainda negocia alterações substanciais no documento final, que foi preparado na Tunísia, sob a coordenação do secretário-geral da Liga Árabe, o ex-chanceler egípcio Amre Moussa. O ponto mais polêmico do documento é o que trata do combate ao terrorismo, sendo que a

proposta dos países árabes consiste no pedido de uma conferência internacional que estude o fenômeno do terrorismo, ataque suas raízes e defina o crime de terror. Porém, na definição de terrorismo, os países árabes querem incluir no documento a distinção entre terrorismo e, segundo eles, “o legítimo direito das pessoas de resistir à ocupação estrangeira com vias a alcançar uma independência nacional de acordo com a lei internacional e aval das Nações Unidas”. Como decorrência, os Estados Unidos e Israel estão se movimentando politicamente para evitar que essa distinção seja tornada oficial no documento, pois ela legitimaria, no entender destes, a atuação de grupos que são considerados terroristas. Assim, o Brasil está propondo que essa distinção seja retirada do texto, e que nele sejam incluídas referências a convenções internacionais que tratam dos direitos humanos, lei dos refugiados e lei internacional humanitária. (O Globo – O País – 29/04/05).

Economista da ONU relaciona papel social do Brasil com vaga permanente no CS
Segundo alegou a *Folha de S. Paulo*, de acordo com o economista Jeffrey Sachs, coordenador do programa Metas do Milênio das Nações Unidas (ONU), durante uma audiência pública no Senado, um assento permanente no Conselho de Segurança (CS) das Nações Unidas poderá exigir do Brasil o papel de protagonista na defesa das nações mais pobres, tanto na cobrança de mais investimentos a serem feitos pelo lado rico do mundo como também no papel de doador, se não de recursos, de tecnologia e apoio a países mais pobres. Segundo o economista, o Brasil tem de cobrar mais investimentos dos países ricos e de sua parte, oferecer mais assistência aos países pobres. Ademais, Sachs chegou ao País com uma lista de cobranças a serem feitas aos brasileiros, que salienta, principalmente, um aumento dos investimentos em saúde e educação. (O Estado de S. Paulo – Nacional – 29/04/05).

SITES DE REFERÊNCIA:

Folha de S. Paulo – www.folha.com.br

Jornal do Brasil – www.jb.com.br

O Estado de S. Paulo – www.estado.com.br

O Globo – www.oglobo.com.br

*Informamos que as colunas opinativas da *Folha de S. Paulo* e o conteúdo integral de *O Estado de S. Paulo* não estão mais disponíveis gratuitamente na versão *on line*. No entanto, aqueles que tiverem interesse em receber as notícias destes jornais utilizadas na produção do Informe Brasil, podem solicitá-las a observatorio@franca.unesp.br

O **Informe Brasil é uma produção do **Grupo de Estudos de Defesa e Segurança Internacional (GEDES)** do Centro de Estudos Latino-Americanos (CELA) da Universidade Estadual Paulista (UNESP), coordenado pelo Prof. Dr. Héctor Luis Saint-Pierre. É redigido por Adele Godoy (bolsista PIBIC/CNPq),

Alexandre K. Yasui Matsuyama, Ana Cláudia Jaquetto Pereira (bolsista FAPESP), Carla Rubacow, Guilherme Miranda, Juliana Bigatão, Liliam Ane Cavallieri da Cruz, (graduandos em Relações Internacionais), sob a responsabilidade de Érica Winand (Pós-Graduanda em História/ bolsista CAPES). As informações aqui reproduzidas são de inteira propriedade dos jornais.